

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista da MP dos Mais Médicos (MP 1165/2023) – 23/05 – 14h – Plenário 02

Audiência pública sobre MP 1165/2023, que institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Entre os convidados, destacam-se:

- José Antônio Alexandre Romano, Secretário de Educação Médica e Formação Profissional da FMB
- Fábio Baccheretti Vitor, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde
- Fernando Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde
- Mario César Scheffer, Professor Doutor do Departamento de Medicina Preventiva da USP
- **Luciana Loureiro, Procuradora da República**

Resultado: Em audiência pública na tarde desta terça-feira (23), debatedores apontaram o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da carreira médica como forma de incentivar a permanência de médicos no interior do país.

A procuradora da República Luciana Loureiro também defendeu o fortalecimento do SUS. Ela disse que a desigualdade da população no acesso aos médicos é decorrência de uma desigualdade estrutural. Para a procuradora, é preciso mecanismos mais permanentes de incentivo à fixação do médico no interior do país. “Todo programa que vier com viés temporário não pode perder de vista que essa desigualdade é estrutural. Enquanto não se investir maciçamente na redução dessas desigualdades, continuaremos discutindo esses programas temporários”, alertou a procuradora.

O secretário de Formação Profissional da Federação Médica Brasileira (FMB), José Antônio Alexandre Romano, reconheceu que o trabalho médico não chega a muitos municípios do interior do país. Ele apontou que a carreira médica precisa de um debate mais profundo no Congresso Nacional. Segundo Romano, são quase 400 faculdades de medicina no país, mas

há cerca de 2 mil municípios sem médico permanente, o que cria os “vazios sanitários”. Ele também fez uma defesa do fortalecimento do SUS e da carreira médica dentro do serviço público.

O advogado Edson Pistori, membro do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), reconheceu o mérito do Mais Médicos. Ele, no entanto, pediu uma reflexão sobre os riscos de precarização do serviço médico. Na visão de Pistori, a solução para interiorização vai além dos programas de provimento e pode demandar ajustes regionais, como a criação de carreiras mais continuadas e incentivos específicos por região.

CPMI de 8 de janeiro – 25/05 – 9h – Plenário 02
--

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) criada para investigar os atos antidemocráticos de 8 de janeiro vai ser instalada na quinta-feira (25), às 9h. Na ocasião, também será eleito o presidente do colegiado, que reunirá 32 parlamentares titulares, sendo 16 senadores e 16 deputados, com igual número de suplentes.

A CPMI do 8 de janeiro terá 180 dias para investigar os atos de ação e omissão ocorridos nas sedes dos três Poderes e que culminaram na prisão de mais de 300 pessoas, entre eles o ex-secretário de segurança pública do Distrito Federal, Anderson Torres. A reunião de instalação deve ser presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), parlamentar de maior idade entre os integrantes.

Resultado: A CPMI foi instalada nesta quinta-feira (25). Foram escolhidos o deputado federal Arthur Maia (União-BA) para a presidência da CPMI e a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) para a relatoria.

O acordo encaminhado pela bancada do governo sugeriu que a criação dos postos de primeiro e segundo vice-presidentes. Como não há previsão regimental no Regimento Comum do Congresso Nacional para isso, os integrantes da CPMI oficializaram os senadores Cid Gomes (PDT-CE) e Magno Malta (PL-ES) para a primeira e segunda vice-presidências, respectivamente, mas o senador Otto Alencar (PSD-BA), que presidiu a reunião preparatória,

encaminhou a questão para que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado trate do assunto.

SENADO FEDERAL
Plenário – 23 a 25/05

O Senado pode votar na terça-feira (23) a indicação de autoridades indicadas para representações do Brasil no exterior e sabatinadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Entre as matérias que poderão ser votadas está a MP 1.147/2022, que alterou a legislação que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a MP 1.154/2023, que redefiniu a estrutura do Poder Executivo Federal.

Também poderão ser votados os projetos: PLP 41/2019, que define mecanismos de avaliação e revisão dos incentivos fiscais concedidos a pessoas jurídicas pela União e o PLC 130/2018, que garante a realização de ecocardiograma e ultrassonografias para gestantes na rede pública de saúde.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário do Senado aprovou a medida provisória que zerou tributos pagos por companhias aéreas e permitiu isenção similar para o setor de turismo e eventos. A MP 1.147/2022 foi segue agora para sanção. Também foi aprovada a MP 1153/2022, que faz várias mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Lei 9.503, de 1997, em temas como exigência de exame toxicológico de motoristas profissionais, competência para aplicação de multas e descanso de caminhoneiros (MP 1.153/2022). Aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/2023 e relatada pelo senador Giordano (MDB-SP), a MP segue agora para a sanção da Presidência da República.

Comissão de Constituição e Justiça – 24/05 – 10h– Plenário 03

ITEM 1 – PL 3283/2021, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

O relator, Senador Jorge Kajuru, apresentou parecer pela aprovação do Projeto com 3 emendas que apresenta, pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4-CSP, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 – CSP e Emendas nºs 5, 6, 7 e 8.

Resultado: Foi incluído extra-pauta e aprovado nova Subemenda nº 1 oferecida à Emenda nº 10. Para acessar o parecer, [clique aqui](#).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 23 a 25/05

Pauta da semana ainda não divulgada.

Todavia, a previsão é analisar o PLP 93/2023, que institui o novo regime fiscal, um sistema de controle das contas públicas. A proposta do governo federal vai substituir o teto de gastos, regra criada na administração Temer que limita o crescimento das despesas à inflação. A substituição é uma exigência da Emenda Constitucional 126.

Outras matérias poderão ser debatidas mediante acordo de líderes

Resultado: A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (24) a votação do novo regime fiscal para as contas da União que vai substituir o atual teto de gastos. O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Claudio Cajado (PP-BA), para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/23, do Poder Executivo. A proposta será enviada ao Senado.

O Plenário rejeitou todos os destaques apresentados pelos partidos na tentativa de mudar trechos do texto. Segundo o projeto aprovado, as regras procuram manter as despesas abaixo das receitas a cada ano e, se houver sobras de receitas, deverão ser usadas apenas em investimentos, buscando trajetória de sustentabilidade da dívida pública.

A redação final ainda não foi disponibilizada. Para acessar o parecer apresentado em Plenário, [clique aqui](#).

Comissão Externa de Barragens – 25/05 - 10h - Plenário 11

Audiência pública sobre racismo ambiental nos povos tradicionais pós rompimento das barragens. Entre os convidados, destacam-se:

- Luciana Jacob, Comitê Interfederativo (CIF), Representante da Casa Civil na Câmara Técnica Indígena de Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho;
- **Eliana Peres de Carvalho, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;**
- Shirley Machado, Coordenadora de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais;
- Ligia Prado Rocha, Defensora Pública da União (DPU), Comitê Temático (CT) Bacia do Rio Doce/Brumadinho.

Resultado: Cancelada.

Comissão de Meio Ambiente – 25/05 - 10h - Plenário 02

Audiência pública sobre embargos às propriedades rurais na região do Amazonas. Entre os convidados, destacam-se:

- **Cláudio Dutra Fontella, Procurador Regional da República, Membro da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – MPF.**
- Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.
- Marcelo MARcelino, Presidente substituto do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio
- Nelson Ananias Filho, Membro da Comissão de Meio Ambiente – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

Resultado: Não realizada.